

O CUIDADOR E A PESSOA COM TRANSTORNO MENTAL: AS IMPLICAÇÕES DO CUIDADO

Data de aceite: 01/02/2024

Jessiane Yasmim de Oliveira Andrade

Discente - Centro Universitário Fametro -
Unifametro

Francisca Fernanda Barbosa Oliveira

Docente - Centro Universitário Fametro -
Unifametro

RESUMO: **Introdução:** O processo de desinstitucionalização da pessoa com transtorno mental tornou-se parte fundamental para a recuperação de sua cidadania. Logo, a família passa a ser considerada uma aliada essencial no processo de cuidado. Porém, dependendo da forma que cada família se organiza para prestar essa assistência, bem como do suporte recebido, essa vivência pode ser acompanhada de implicações na vida dessa família, em especial do cuidador principal. **Objetivo:** Conhecer as implicações na vida do cuidador que exerce a função de cuidar de um familiar com transtorno mental. **Métodos:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura. Os dados foram coletados nas bases de dados científicas: *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* e Periódicos Eletrônicos de Psicologia (Pepsic). Para a coleta de dados

foram utilizados os seguintes descritores: “cuidador”, “família”, “transtornos mentais” e “sobrecarga”. **Resultados:** O processo de cuidado pode ser acompanhado de sobrecarga física, emocional, impactos financeiros, podendo gerar isolamento social. **Considerações finais:** Fazem-se necessárias mais reflexões acerca do cuidado do cuidador, bem como o desenvolvimento de estratégias de cuidados, com o intuito de minimizar as implicações físicas, psíquicas, emocionais e sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Cuidador; família; sobrecarga; transtorno mental.

INTRODUÇÃO

O modelo asilar está baseado na segregação da pessoa com transtorno mental, fundamentando-se no foco da doença e controle dos sintomas, colocando o médico como centralizador desse “cuidado” (NUNES; GUIMARÃES; SAMPAIO, 2016). A segregação da pessoa com transtorno mental gerava afastamento dos familiares. Esse era o principal meio de “tratamento” que as famílias

encontravam, devido aos estigmas e preconceitos acerca do transtorno mental, muitas vezes, abandonando o familiar nesses locais (GOMES; SILVA; BATISTA, 2018).

A Reforma Psiquiátrica no Brasil foi conquistada na década de 90, quando se pensava e exigia novos modos de assistência para as pessoas com transtornos mentais. A partir desse marco, diversos hospitais psiquiátricos fecharam devido não atenderem aos critérios básicos de cuidados, e foram constituídas políticas públicas que abrangessem a necessidade desse público (SANTIN; KLAFKE, 2011). A Reforma Psiquiátrica no Brasil tem por objetivo resgatar a cidadania perdida, buscando desmistificar a loucura, implementando novos serviços de saúde mental e reinserindo o sujeito no seu contexto familiar (SANTIN; KLAFKE, 2011).

A partir da Reforma Psiquiátrica no Brasil foi proposta a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) que se trata de uma rede articulada de serviços que fortalecem a desinstitucionalização das pessoas com transtornos mentais. A Atenção Psicossocial baseia-se na percepção do processo saúde-doença mental, perpassado por questões biológicas, psicológicas e sociais, com foco na atenção integral do sujeito (VAZ et al., 2019). Por meio do processo de desinstitucionalização do sujeito, o seu retorno ao seio da família, tornou-se parte fundamental para a recuperação de sua cidadania, porém, a falta de suporte emocional, informações e rede de apoio, podem causar implicações e sobrecarga no cuidador principal (SANTIN; KLAFKE, 2011).

A Reforma Psiquiátrica no Brasil possibilita aos familiares desenvolverem um papel fundamental no cuidado da pessoa com transtorno mental, porém, transferir a responsabilidade do cuidado para a família e sociedade sem ampará-los, pode causar implicações nas suas vidas (RANDEMARK; JORGE; QUEIROZ, 2004). Nesse contexto, é objetivo desse estudo conhecer as implicações na vida do cuidador que exerce a função de cuidar de um familiar com transtorno mental.

METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma revisão integrativa da literatura. Esse tipo de pesquisa possibilita a identificação de estudos de uma temática específica. A pesquisa foi realizada seguindo as seis fases orientadas por Souza, Silva e Carvalho (2009). Iniciou-se com a elaboração da seguinte pergunta norteadora: quais as implicações na vida do cuidador de um familiar com transtorno mental? A segunda fase tratou-se da pesquisa na literatura, na qual foram utilizados os seguintes descritores: “cuidador”, “família”, “transtornos mentais” e “sobrecarga”. A coleta de dados foi realizada nas bases de dados da *Scielo* e *Pepsic*. Foram incluídos estudo publicados na língua portuguesa, disponível na íntegra, publicados no período entre 2003 a 2023. É válido mencionar que esse recorte temporal foi devido à escassez de estudos que abordam essas temáticas. A terceira fase consistiu-se da elaboração de uma tabela com as principais informações acerca dos estudos sobre o

tema (ano, autores, título e objetivo). Após a organização dessas informações, realizou-se a análise dos estudos, constituindo-se da quarta fase. Nessa etapa, foram definidos os estudos que seriam incluídos no presente trabalho, sendo utilizados 15 estudos devido debaterem de forma específica os temas abordados. Dando continuidade, a quinta fase, contemplou a discussão dos resultados apresentados a seguir. A sexta e última etapa, constituiu da elaboração do presente resumo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O modelo de atenção psicossocial, proposto a partir do movimento da Reforma Psiquiátrica no Brasil, incluiu a família no processo de cuidar do familiar com transtorno mental. A família passa a ser uma importante aliada nos cuidados a pessoa com transtorno mental que, em alguns casos, precise dessa assistência (Eloia et al., 2014; Cardoso; Galera, 2011; Cardoso; Galera; Vieira, 2012).

Nesse contexto, muitas vezes, a família precisa se reorganizar para prestar esse cuidado. De acordo Giacomini et al. (2022) ter um familiar com transtorno mental pode impactar na família de diversas formas, fazendo com que os membros se articulem para oferecer o cuidado que o familiar necessita. Os autores supracitados afirmam que, pela demanda de cuidados, a relação da família pode se tornar instável e fragilizada, causando sobrecarga física, emocional e financeira. Apesar dessas implicações, as famílias sentem-se satisfeitas em cuidar.

Eloia et al (2014) em uma revisão integrativa sobre o cuidador familiar de pessoas com transtornos mentais, destacam que a mulher se destaca como a principal cuidadora, em especial as mães, que não exercem atividade profissional e não possuem renda fixa. Aqui podemos destacar dois pontos importantes, os impactos financeiros e o autocuidado da cuidadora.

Em um sistema capitalista, conviver com o transtorno mental causa ônus financeiro para a família, por diversos motivos. Um desses motivos é o fato do portador do transtorno não conseguir contribuir financeiramente para o sustento do lar, em muitos casos, por ser desvalorizado, estigmatizado e reduzido a sua condição. Outro motivo é que, por diversas vezes, quando em crise, o familiar com transtorno mental demanda do cuidador atenção e cuidados, fazendo com que o cuidador deixe de trabalhar para dedicar-se aos cuidados. Além disso, os remédios, as consultas e as internações, quando necessário, causam impactos financeiros no orçamento da família (KOGA; FUREGATO, 2002).

Com relação ao autocuidado, em sua grande maioria, existe um acúmulo de responsabilidades, ou seja, a mulher assume o cuidado do familiar, somado as funções do lar, esposa, mãe, dentro outras atividades. Essa sobregarca pode repercutir diretamente no seu autocuidado, atividades de lazer e interação social, podendo ainda desencadear um adoecimento físico e mental (ELOIA et al., 2014).

Barroso, Bandeira e Nascimento (2007) destacam duas formas para entender a sobrecarga do cuidador de pessoas com transtornos mentais, a sobrecarga objetiva e a subjetiva. A primeira está relacionada aos impactos objetivos e concretos na vida do cuidador, como, por exemplo, o ônus financeiro e a vigilância de comportamentos problemáticos. A segunda faz referência aos incômodos e sentimentos negativos, que podem surgir em cuidadores/familiares diante da demanda de cuidados.

Pereira e Pereira Jr. (2003) acrescentam que a sobrecarga subjetiva do cuidado pode acarretar no isolamento social do cuidador. Isso se deve às longas jornadas de cuidados, muitas vezes, os cuidadores não conseguem estar presentes em outros ambientes, com a mesma frequência de antes. Dessa forma, a responsabilidade de cuidar pode causar comprometimento das atividades do cotidiano, como trabalho, lazer, autocuidado e relações interpessoais (Kebbe et al., 2014). Barroso, Bandeira e Nascimento (2007, p. 275) corroboram as destacar que

“(...) ao se tornarem cuidadores, os familiares tiveram de reduzir ou eliminar sua vida social (60,7% dos familiares), reduzir o número de visitas em casa ou deixar de recebê-las (48%), deixar de tirar férias (46%), aumentar ou diminuir sua jornada de trabalho ou abandonar o emprego (42%), se aposentar para cuidar do paciente (6,7%) e perderam amigos (39,3%).

Esses dados retratam importantes implicações na vida da pessoa que assume a função de cuidador principal. É válido destacar, que o público masculino também participa do cuidado do familiar com transtorno mental, como apresentado no estudo de Gomes, Silva e Batista (2018). Contudo, a mulher ainda aparece, na maioria das vezes, como sendo a pessoa que desempenha essa função.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados no presente estudo mostram a necessidade de voltar à atenção para a sobrecarga objetiva e subjetiva dos cuidadores. Constatou-se implicações na vida do(a) cuidador(a), incluindo as atividades do cotidiano, como trabalho, lazer, autocuidado, relações interpessoais, isolamento social e ônus financeiro. Além disso, na maioria das vezes, as mulheres aparecem como sendo a pessoa que desempenha essa função.

Esses achados nos convoca a pensar e propor estratégias de assistência integral (biopsicossocial), direcionadas para os(as) cuidadores(as) de pessoas com transtornos mentais, como, por exemplo, momentos de autocuidado, espaço de livre expressão verbal, rodas de conversas para o compartilhamento de vivências, psicoeducação sobre os transtornos mentais, dentre outras. É necessário considerar a implementação de políticas públicas emergenciais de transferência de renda, a fim de garantir que as famílias possuam recursos financeiros suficientes para cuidar do sujeito em adoecimento.

É válido ressaltar que apesar da relevância dessa temática, observou-se uma

limitação na literatura nacional sobre essa temática, isso sucinta a necessidade de mais estudos e discussões sobre o cuidar do cuidador de pessoas com transtorno mental.

Destaca-se que o presente estudo não contemplou questões como classe social dos cuidadores, possibilitando novos estudos.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Sabrina Martins; BANDEIRA, Marina; NASCIMENTO, Elizabeth Do. Sobrecarga de familiares de pacientes psiquiátricos atendidos na rede pública. **Archives of Clinical Psychiatry (São Paulo)**, v. 34, n. 6, p. 270–277, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/rj/rpc/a/NrX7MSyJDwLByHGbdXh5Dfw#>

CARDOSO, L.; GALERA, S. A. F. O cuidado em saúde mental na atualidade. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 45, n. 3, p. 687-691, jun. 2011. <https://doi.org/10.1590/S0080-623420110003000200>

CARDOSO, L.; GALERA, S. A. F.; VIEIRA, M. V. O cuidador e a sobrecarga do cuidado à saúde de pacientes egressos de internação psiquiátrica. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 517- 523, 2012. • <https://doi.org/10.1590/S0103-21002012000400006>

ELOIA, Sara Cordeiro; OLIVEIRA, Eliany Nazaré; ELOIA, Suzana Mara Cordeiro; LOMEIO, Roselane da Conceição; PARENTE, José Reginaldo Feijão. Sobrecarga do cuidador familiar: uma revisão integrativa. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v.38, n.36, p.996-1007, out-dez, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/6LgdLWFwyCFZHv33cSTypSm/?format=pdf&lang=pt#:~:text=A%20sobrecarga%20familiar%20%C3%A9%20definida,aten%C3%A7%C3%A3o%20dos%20profissionais%20de%20sa%C3%BAde>

GIACOMINI, Kárita; ALEXANDRE, Larissa Aparecida; ROTOLI, Adriana; PINHEIRO, Jaqueline Marafon. Desafios da família no cuidado da pessoa com transtorno mental: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v.11, n.6, p.1-12, abr, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/28816/25053/332353>

GOMES, Maria Lovâni Pereira; SILVA, José Carlos Barboza da; BATISTA, Eraldo Carlos. Escutando quem cuida: quando o cuidado afeta a saúde do cuidador em saúde mental. **Rev. Psicol. Saúde**, Campo Grande, v. 10, n. 1, p. 03-07, abr. 2018. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2018000100001&lng=pt&nrm=iso

KEBBE, Leonardo Martins; RÔSE, Lígia Beatriz Romeiro; FIORATI, Regina Célia; CARRETTA, Regina Yoneko Dakuzaku. Cuidando do familiar com transtorno mental: desafios percebidos pelos cuidadores sobre as tarefas de cuidar. **Saúde em Debate**, v. 38, n. 102, p. 494–505, jul, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/df7MBfpXSMx3n54tm5BKPgw/#>

KOGA, Mariko; FUREGATO, Antonia Regina. Convivência com a pessoa esquizofrênica: sobrecarga familiar. **Revista Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v.1, n.1, p.69-73, 1.sem. 2002. Disponível em: <https://www.google.com/url?q=https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/download/5656/3596/&sa=D&source=docs&ust=1694106453550090&usg=AOvVaw3RWTvZ1AxFAsmZFWPjtDZt>

KYRILLOS NETO, Fuad. Reforma psiquiátrica e conceito de esclarecimento: reflexões críticas. **Mental**, Barbacena, v. 1, n. 1, p. 71-82, dez. 2003. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272003000100006&lng=pt&nrm=iso

NUNES, Jeanine Maria Sobral; GUIMARÃES, José Maria Ximenes; SAMPAIO, José Jackson Coelho. A produção do cuidado em saúde mental: avanços e desafios à implantação do modelo de atenção psicossocial territorial. **Physis: Revista de Saúde Coletiva [online]**. 2016, v. 26, n. 4 Disponível em: <https://www.scielo.org/article/physis/2016.v26n4/1213-1232/#>

PEREIRA, Maria Alice Ornellas; PEREIRA JR., Alfredo. Transtorno mental: dificuldades enfrentadas pela família. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 37, n. 4, p.92–100, dez, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/TC8cygpdD3RnjNpGfNsYq3w/?lang=pt#>

RANDEMARK, Norma Faustino Rocha; JORGE, Maria Salete Bessa; QUEIROZ, Maria Vereci Oliveira. A reforma psiquiátrica no olhar das famílias. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 13, n. 4, p. 543–550, dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/DgpcFCvhRnYrMR5DZxFhxtm/#>

SANTIN, Gisele; KLAFKE, Teresinha Eduardes. A família e o cuidado em saúde mental. **Barbaroi**, Santa Cruz do Sul, n. 34, p. 146-160, jun. 2011. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782011000100009&lng=pt&nrm=iso

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão Integrativa: o que é e como fazer. **Einstein** 2010; 8(1 pt. 1):102-6. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>

VAZ, Barbara Coelho et al. Destitucionalização na rede de atenção psicossocial: práticas e perspectivas no estado de Goiás. **Rev. NUFEN**, Belém, v. 11, n. 2, p. 161-179, ago. 2019. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912019000200011&lng=pt&nrm=iso